ECONOMIA

Cálculo da Biosfera sobre acordo de pesca ignora taxas adicionais e investimentos, diz Governo

Por **SHEILLA RIBEIRO**, 3 fev 2025 16:06

O Governo esclareceu hoje que a afirmação da Biosfera sobre a venda do atum pescado nas águas de Cabo Verde a "13 escudos por quilo" resulta de uma interpretação simplificada da contrapartida financeira do Acordo de Pesca com a União Europeia (UE). Segundo o Executivo, esse valor não reflecte a realidade do acordo, pois desconsidera taxas adicionais pagas pelos armadores europeus, bem como investimentos indiretos em fiscalização, sustentabilidade e no desenvolvimento do setor pesqueiro nacional.

Através de um comunicado de imprensa, o director Nacional de Pesca e Aquacultura (DNPA), Carlos Monteiro, explanou que acordo, que estabelece uma contrapartida financeira de 3,9 milhões de euros, além das taxas de licenças dos armadores europeus, segue um modelo comparável aos acordos assinados entre a UE e outros países, como as Seychelles.

“O rácio de contrapartida financeira pelo acesso aos recursos para espécies de tunídeos é equivalente ao de outras zonas onde a UE opera”, lê-se no comunicado.

O DNPA defende que o processo de negociação foi conduzido com transparência e que os detalhes estão disponíveis online e serão publicados no Boletim Oficial. “Antes de qualquer análise precipitada, é essencial basearmo-nos em factos”, frisou o responsável.

Conforme garantiu, Cabo Verde continua comprometido com a exploração sustentável dos recursos marítimos.

O comunicado esclarece ainda que o acordo inclui várias medidas para reduzir o impacto ambiental e promover a sustentabilidade da pesca.

Entre as mudanças relativamente ao acordo anterior, a mesma fonte ressalta a redução da tonelagem de referência para 7.000 toneladas (menos 13%); redução do esforço de pesca em 19% e a diminuição de cinco palangreiros na frota autorizada, reduzindo o impacto sobre o tubarão.

A DNPA salienta que o acordo não só assegura uma exploração mais controlada dos recursos pesqueiros, como também fortalece a capacidade de fiscalização, gestão e formação de profissionais do sector.

Parte dos fundos provenientes do acordo será destinada ao Fundo Autónomo das Pescas, que apoia infraestruturas e projectos ligados à economia azul.

“A União Europeia não impôs este acordo a Cabo Verde. Foi uma negociação equilibrada, que reflecte os interesses de ambas as partes”, consta.

Além disso, a UE compromete-se a investir na cooperação científica, na fiscalização e na proteção ambiental marinha.

De referir que no passado dia 31, em declarações à Inforpress, a coordenadora do Projecto Pesca Sustentável da organização ambiental Biosfera Cabo Verde indagou o porquê de as autoridades aceitarem ceder aos europeus o atum pescado nas águas nacionais por “apenas 13 escudos ao quilo”.

Jéssica de Matos asseverou à agência de notícias cabo-verdiana que esse é o resultado quando se faz a conta do actual protocolo aprovado na quarta-feira, 28, pela Comissão Parlamentar da União Europeia (EU) que permite a 56 navios de Espanha, França e Portugal pescar 7.000 toneladas de atum e espécies afins nas águas de Cabo Verde.

O novo acordo de pesca entre Cabo Verde e UE vai vigorar até 2029 e visa reforçar a cooperação entre a UE e Cabo Verde para desenvolver uma política de pesca sustentável e garantir práticas de pesca responsáveis nas águas de Cabo Verde.

O documento tem agora de ser aprovado pelo Parlamento Europeu numa próxima sessão plenária (o que deverá acontecer em Fevereiro) e depois pelo Conselho da UE (Estados-membros).

Concorda? Discorda? Dê-nos a sua opinião. Comente ou partilhe este artigo.

Tópicos

UE acordo de pesca Biosfera Governo pesca

Autoria: **SHEILLA RIBEIRO**, 3 fev 2025 16:06

Editado por **ANDRE AMARAL** em 4 fev 2025 8:16

Pesquise no jornal

Termo(s) a procurar

Contactos
Redacção da Praia:
Tel/Fax: +238 261 98 07 / 08
*E-mail:*jornal @ expressodasilhas.cv

⏭ Num relance

Ficha técnica
Estatuto Editorial
Política de privacidade

© 2017/2021 Expresso das Ilhas